

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

RICARDO GRISI VELÔSO

FAZER ARQUIVÍSTICO: memórias de uma prática

JOÃO PESSOA
2015

RICARDO GRISI VELÔSO

FAZER ARQUIVÍSTICO: memórias de uma prática

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

JOÃO PESSOA
2015

FAZER ARQUIVÍSTICO: memórias de uma prática

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em / / 2015

Profª Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira/ UFPB
Orientadora

Profª Drª Rosa Zuleide Lima de Brito/UFPB
Membro Examinador

Profª Ms. Geysa Flávia Camara de Lima Nascimento/UFPB
Membro Examinador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V432f

Velôso, Ricardo Grisi.

Fazer arquivístico: memórias de uma prática. / Ricardo Grisi Velôso. –
João Pessoa: UFPB, 2015.
71f.il

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Bernardina Maria Juvenal F. de Oliveira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) –
UFPB/CCSA.

1. Práticas arquivísticas. 2. Arquivo Eclesiástico. 3. Arquidiocese da
Paraíba. 4. Igreja Católica romana - memória documental. I. Título.

A todos os profissionais da área da Arquivologia que lutam pela preservação da memória documental.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, pela orientação e os ensinamentos ministrados;

Ao corpo docente do Curso de Arquivologia, importantes na minha vida profissional;

À Arquidiocese da Paraíba, por abrir caminhos;

À minha mãe Impéria Mussolinia Grisi Veloso, pelo incentivo aos estudos;

Às minhas irmãs Thelma Maria Grisi Veloso, Thalma Maria Grisi Veloso e Tânia Maria Grisi Veloso Mendes, guerreiras na vida;

Aos meus avôs paternos Antônio Velloso da Silveira Lopes e a Profª Olívia do Valle Velloso (*In Memoriam*);

A José Augusto de Moraes da UFPB, amigo de muitos anos;

Ao Dr. José Mariano Neto da UFPB, pela correção ortográfica;

À arquivista da UFPB Ana Andréa Vieira Castro de Amorim, parceira profissional de um longo tempo;

E, às demais pessoas que, de alguma forma, contribuíram na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Este trabalho reflete o fazer arquivístico à luz da concepção teórico-conceitual da memória, pautado, sobretudo, na memória documental com vista a revelar a prática profissional exercida no âmbito do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, tomando-o enquanto lugar de memória. Nesse sentido, considerou-se os aspectos históricos da criação da Arquidiocese da Paraíba, a legislação dos arquivos eclesiais, a retrospectiva da criação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e a memória da prática arquivística.

Palavras-chave: Prática Arquivística. Arquivo Eclesiástico. Arquidiocese da Paraíba. Igreja Católica Romana. Memória Documental.

ABSTRACT

This work reflects the archival do in light of the theoretical and conceptual design of memory, based mainly on documentary memory to reveal professional practice carried out under the Ecclesiastical Archive of Paraíba, taking them as a place of memory. In this sense it was considered the historical aspects of the creation of the Archdiocese of Paraíba, the law of ecclesiastical archives, retrospective creation of the Ecclesiastical Archives of Paraíba and the memory of archival practice

Key - words: Archival Practice. Ecclesiastical file. Archdiocese of Paraíba. Roman Catholic Church. Memory. Document memory.

LISTA DE SIGLAS

AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba
CCSF - Centro Cultural de São Francisco
CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEX – Coordenação de Extensão Cultural - UFPB
EDUFRN – Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
IEB - Instituto de Estudos Brasileiros
NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
PASCOM – Pastoral da Comunicação da Arquidiocese da Paraíba
PRAC - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - UFPB
PUC - Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SAPIC - Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição
SDIHA - Setor de Documentação e Informação Histórica Arquidiocesana
SIUSP – Secretaria de Integração Universidade-Setor Produtivo - UFPB
SSS - Congregação do Santíssimo Sacramento
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa
UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Sede da Arquidiocese da Paraíba.....	26
Foto 2 Situação em que se encontrava a documentação.....	31
Foto 3 Dr ^a Heloísa Liberalli Bellotto em reunião com a equipe composta, à esquerda, por Josineide da Silva Bezerra, Mali Trevas Rolim e, à direita, as professoras da UFPB, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Zeluíza da Silva Formiga e Ricardo Grisi Velôso.....	32
Foto 4 Contatos com a documentação na extração de grampos. À esquerda, Tânia Maria da Silva, e à direita, Laudereida Eliana Marques Moraes.....	32
Foto 5 Preparação da Câmara de Desinfestação e Desinfecção por Tânia Maria da Silva.....	33
Foto 6 Documentos sendo higienizados por Laudereida Eliana Marques Moraes.....	34
Foto 7 Documentos classificados. À esquerda, Ricardo Grisi Velôso e, à direita, Edileusa Mota dos Santos.....	34
Foto 8 Documentos classificados pela Prof ^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.....	35
Foto 9 Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba em 2.6.2006...53	
Foto 10 Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba em 2.6.2006..53	
Foto 11 Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba e o notário Ricardo Grisi Velôso acondicionando a documentação.....	54
Foto 12 Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba e a documentação acondicionada em caixas de papelão para transferência para o CCSF.....	55
Foto 13 A documentação acondicionada em caixas de papelão chegando ao CCSF.....	55
Foto 14 A documentação acondicionada em caixas de papelão chegando ao CCSF.....	56
Foto 15 Disposição do arquivo no CCSF.....	56
Foto 16 Acondicionamento da documentação pelo notário Ricardo Grisi Velôso, para a transferência para a sala do pavimento inferior do CCSF.....	58
Foto 17 Acondicionamento da documentação pelo estagiário do curso de graduação em arquivologia, Felipe Arthur Cordeiro Alves, da UEPB, para a transferência para a sala do pavimento inferior do CCSF.....	59
Foto 18 Equipamento de Digitalização do Projeto da Family Search (2013-2014) e o Especialista de Imagens Jorge Feliciano da Silva.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Câmara de Desinfestação e Desinfecção.....	33
Figura 2 Ficha Documental – Anverso.....	35
Figura 3 Ficha Documental – Verso.....	35
Figura 4 Fundo Chancelaria.....	37
Figura 5 Fundo Chancelaria.....	38
Figura 6 Fundo Seminário Arquidiocesano.....	38
Figura 7 Fundo Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores.....	39
Figura 8 Fundo Tribunal Eclesiástico.....	39
Figura 9 Fundo Conselho de Assuntos Econômicos.....	40
Figura 10 Fundo Conselho de Presbíteros.....	41
Figura 11 Fundo Conselho Pastoral.....	42
Figura 12 Fundo Conselho Pastoral.....	42
Figura 13 Fundo Conselho Pastoral.....	43
Figura 14 Fundo Conselho Pastoral.....	43
Figura 15 Organograma da Diocese da Paraíba – 1894.....	68
Figura 16 Organograma da Arquidiocese da Paraíba – 1990.....	68
Figura 17 Croqui da primeira mudança do AEPB na sede da Arquidiocese da Paraíba – 2006.....	69
Figura 18 Croqui da segunda mudança do AEPB no CCSF – 2010.....	70
Figura 19 Croqui terceira mudança do AEPB no CCSF – 2014.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Concentração Regional das Novas Circunscrições Eclesiásticas (1890-1930).....	24
Quadro 2	Ficha de Atendimento por Pesquisador.....	51
Quadro 3	Estatística de atendimento por ano.....	51
Quadro 4	Relatório das Atividades.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ARQUIVO: DA CONCEPÇÃO CONCEITUAL AO LUGAR DE MEMÓRIA.....	16
2.1 Contextualização do Tema	16
2.2 Problematização da Pesquisa	17
2.3 Como Tudo Começa.....	18
3 DIOCESE DA PARAÍBA: ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA CRIAÇÃO.....	23
3.1 Bispos e Arcebispos.....	25
3.2 Arquivo Eclesiástico: da concepção conceitual aos aspectos legais.....	27
4 ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARAÍBA: FRAGMENTOS DE SUA HISTÓRIA.....	30
4.1 Fundos Documentais.....	36
4.2 Instrumentos de Pesquisa.....	44
5 MEMÓRIA DO ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARAÍBA: RECORDAÇÃO DE UMA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA.....	45
5.1 Produção Científica.....	45
5.2 Atividades Culturais.....	49
5.3 Levantamentos dos pesquisadores.....	50
5.4 Mudanças do arquivo.....	52
5.5 Centro Cultural de São Francisco: e o arquivo enfim, repousa à espera de pesquisadores.....	60
6 NÃO ENCERRO, (RE)COMEÇO	61
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo!
– Só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada.
Assaz o senhor sabe: a gente quer passar o rio a nado, e passa;
Mas vai dá na outra banda é um ponto mais em baixo,
Bem diverso do que em primeiro se pensou [...].
O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia... (ROSA, Guimarães, 1986, p. 26).

Os Arquivos Eclesiásticos constituem-se de suma importância para a história da Igreja Católica Romana no Brasil e sua relação com o estado, possuindo acervos de relevância histórica. A Igreja Católica Romana está presente no Brasil desde a colonização portuguesa junto ao processo de ocupação do território. O novo mundo foi colonizado através do domínio português e da fé; com a cruz e a espada construíram-se arraiais, vilas e cidades, e foram criadas as novas freguesias, onde o clero secular e o clero regular propagavam a fé católica no novo continente.

A área territorial da capitania da Paraíba, de acordo com Machado (1977), coube ao rei Felipe III que pediu à Santa Sé a criação de uma Prelazia ao norte da Bahia que, efetivamente, foi criada em 15 de julho de 1614 pela Bula *FASTI NOVI ORBIS* do Papa Paulo V. A Prelazia compunha-se das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande que, por Carta Régia de 19 de fevereiro de 1616, nomeou o Pe. Antônio Teixeira Cabral no cargo de Prelado Administrador, fixando residência na cidade da Paraíba e permanecendo até 1622. Logo depois assumiu o cargo o Administrador Apostólico o Pe. Bartolomeu Ferreira Lagarto (1624-1627), sendo que a dita Prelazia foi extinta em 1628. Nesse período, a Paraíba pertencia à Diocese de São Salvador da Bahia.

Com a criação da Diocese de Olinda pelo Papa Inocêncio XI, no dia 16 de novembro de 1676, pela Bula *AD SACRAM BEATI PETRI SEDEM*, a área territorial da Paraíba ficou pertencendo a essa diocese. A Diocese da Paraíba foi criada pelo Papa Leão XIII, em 27 de abril de 1892, pela bula *AD UNIVERSAS ORBIS ECCLESIAS* e instalada no dia 4 de março de 1894, assumindo o bispo Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques (SANTOS; VELÔSO, 2010, p. 39). Naquele momento se deu o início da produção documental, cuja

documentação foi organizada pela equipe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba dos anos de 1989 a 1992.

No presente estudo refletimos sobre a importância da memória documental, a organização do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e a sua importância para a sociedade paraibana e a prática do Fazer Arquivístico. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Paraíba;

Objetivos específicos: reconhecer a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Paraíba; verificar a memória do Arquivo Eclesiástico da Paraíba tomando como foco os documentos de seu fazer, e refletir sobre o valor do Arquivo Eclesiástico da Paraíba na produção da memória.

Para a análise do Fazer Arquivístico, levo em consideração a minha prática como estudante do curso de história da UFPB, quando participei do Projeto Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, coordenado pela Prof.^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a Prof.^a Zeluíza da Silva Formiga Brandão, e, posteriormente, como atual funcionário responsável pelo arquivo.

Procuró mostrar neste trabalho que está dividido em quatro capítulos, o arquivo: da concepção conceitual ao lugar de memória; Diocese da Paraíba: aspectos históricos de sua criação; surgimento do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e a Memória do arquivo eclesiástico: recordação de uma prática arquivística.

Se me perguntarem por que registrar essas memórias ou mesmo escrever este texto, respondo, utilizando as palavras de Maurice Halbwachs (1990, p. 80-81), ao refletir sobre a possibilidade de construção da história por meio da memória, especialmente sobre a forma de salvamento desta:

[...] é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?

Assim, no decorrer dos capítulos, fixamos as memórias do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, numa narrativa...

2 ARQUIVO: DA CONCEPÇÃO CONCEITUAL AO LUGAR DE MEMÓRIA

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (NORA, 1993, p. 13).

Neste capítulo buscamos ancorar histórica e conceitualmente o arquivo enquanto lugar de memória ao priorizar o espaço do acontecimento, de modo que navegamos por entre os marcos históricos que constituem no tempo e espaço o Arquivo da Arquidiocese da Paraíba, fundamentado na concepção conceitual de arquivo.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Durante todos esses anos a Arquidiocese da Paraíba, desde a sua criação em 27 de abril de 1892 e a sua instalação em 4 de março de 1894, vem produzindo documentos que foram arquivados nos seus respectivos setores administrativos.

Foi durante o período do arcebispo Dom José Maria Pires (1965-1995), durante os anos de 1989 a 1992, que o arquivo foi organizado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, com

o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e inaugurado em 27 de abril de 1992, em comemoração ao centenário da criação da Diocese da Paraíba.

Durante 23 anos o Arquivo Eclesiástico da Paraíba está aberto à consulta aos usuários internos e externos, localizado atualmente no Centro Cultural de São Francisco, no centro histórico da capital Paraibana. Seu acervo documental é composto de documentos textuais, cartográficos, micrográficos, fotográficos dos Séculos XVIII, XIX e XX.

O arquivo vem contribuindo na produção de diversos trabalhos científicos relacionados à história da Igreja Católica Romana na Paraíba e no Brasil.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O arquivo permanente da instituição tem como seu principal objetivo preservar a memória institucional registrada nos seus documentos, que segundo Bellotto (2004, p. 23) “[...] são eles os responsáveis pela passagem destes documentos da sua condição de ‘arsenal da Administração’ para a de ‘celeiro da História [...]”.

A memória, segundo Chauí (1996, p. 127) “Em nossa sociedade, é valorizada e desvalorizada.”, esquecida e manipulada, ora consciente e ora inconscientemente pela estrutura mental em que vivemos. O arquivo que armazena a memória documental também a produz num relacionamento dialético, entre produzir e preservar, entre esquecer e lembrar.

Segundo Ricoeur (2008, p. 178) “[...], os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem a vocação de ser arquivados.”

De acordo com Ricoeur (2008, p. 177) que define o arquivo “[...] como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social [...]”, que reflete o jogo de poder, do lembrar, do esquecer, do selecionar, do avaliar, do classificar e de representar a memória documental.

Ricoeur (2008, p. 178) analisa o arquivo como a transferência do testemunho oral para o testemunho escrito: “[...] a passagem do testemunho oral ao testemunho escrito, ao documento de arquivo, é, quanto a sua utilidade ou seus inconvenientes para a memória viva,

remédio ou veneno – *pharmakon...*”, questionamento válido numa sociedade classificatória e seletiva, onde a memória é construída ao sabor do espaço/tempo.

Segundo a Carta Circular A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos (1997, p. 01), publicada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja “[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização”. Os Arquivos Eclesiásticos estão preservados pelo Código de Direito Canônico que, segundo o Cân. 486 § 1: Devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias.

O interesse particular desta pesquisa consiste em analisar a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, para compreender a relação entre preservar a memória documental e ao mesmo tempo produzir a memória cotidiana de sua prática.

A ideia surgiu do interesse de analisar a importância da memória pois, segundo Robert (1990) *apud* Jardim (1995) “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu fundamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada” e o próprio arquivo produz a sua memória no dia a dia das suas tarefas.

Dodebei (2010) afirma que a memória é a tensão entre lembrar e esquecer: “Portanto, selecionar (esquecer) é uma condição determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária concreta ou virtual.”

Nora (1993) analisa que há lugar da memória “porque não há mais meios de memória”, onde os arquivos representam “nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.”

2.3 COMO TUDO COMEÇA ...

A memória é de grande valor na compreensão que os indivíduos e a sociedade fazem da sua realidade subjetiva e objetiva, imagine uma vila, uma cidade, um estado e um país sem memória.

Segundo Chauí (1996), “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais”, contribuindo no processo de construção e reconstrução da realidade humana.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba representa uma parte da memória institucional da Arquidiocese da Paraíba e, ao mesmo tempo, produz memória. Precisamos analisar e refletir sobre a sua contribuição nesse processo.

De acordo com Le Goff (1994), a memória não preserva tudo, passa-se por um processo de seleção, ora intencional ou não, dependendo das correntes que movem o mundo. Para ele, o que: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” Sendo assim, este trabalho representa analisar a memória no Arquivo Eclesiástico da Paraíba ao longo de sua existência e descrever as ocorrências de tal processo como se fosse um filtro capaz de selecionar e escolher.

Le Goff (1994) afirma que “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”

Na Igreja Católica Romana sempre houve uma preocupação com a preservação de sua memória. Apesar das interferências humanas, ela conseguiu ao longo do tempo preservar um conjunto documental importante para a história da humanidade.

Severiano (1906) na publicação do livro “A Diocese da Paraíba”, no escrito ao leitor, preocupa-se com a perda da memória e a sua relação com o tempo, “[...] Todos conhecem perfeitamente a grande facilidade com que o tempo em sua vertiginosa carreira, com a sua mão destruidora, sáe atirar ao vehiculo do esquecimento a memória de factos muitas vezes importantíssimos e imprescindiveis da mais indelével recordação.”

A reflexão do Arcebispo Emérito da Arquidiocese da Paraíba, Dom Marcelo Pinto Carvalheira (1995-2004), sobre a memória, também trata da mesma questão aqui observada:

A Igreja tem de se empenhar sempre em guardar, com cuidado, a sua memória. Ela passa adiante, através das gerações, as marcas da sua história e da cultura que assume, em cada época, na transmissão da fé. A própria Pregação e a Liturgia da Igreja são memórias dos acontecimentos únicos e centrais da nossa Redenção consumados por Cristo e tornados presentes e contemporâneos os nossos pela ação do Espírito Santo (2002).

Por esses questionamentos e análises é salutar desenvolver um trabalho que refletisse a importância da memória do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, considerando a prática arquivística.

Compreendemos o Arquivo como o “Conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma **entidade coletiva**, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do **suporte**. (DICIONÁRIO..., 2005, p. 27), (grifos do autor).

Segundo Ricoeur (2008), os arquivos representam espaços de memória, os acervos são registros deixados pelas instituições no decorrer das suas atividades. A maneira de organizar, separar, acumular, recolher os documentos são os elementos principais da área da arquivística e é uma operação histórica dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral. Os escritos constituem a amostra principal dos depósitos dos arquivos, representam os testemunhos do passado e constitui a primeira essência. Todos os tipos de pistas possuem a capacidade de ser arquivados.

Por esses motivos, os arquivos possuem uma grande importância para a sociedade, construindo o espaço de cidadania e conhecimento.

Segundo Lodolini:

[...] desde a mais alta Antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado... A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros ‘arquivos’. (LODOLINI *apud* JARDIM, 1995, p. 4).

São os “lugares de memória”, constituem, segundo Le Goff (1994, p. 473), os lugares que representam a história “[...] “lugares da memória” coletiva. “Lugares topográficos”, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história.”

Na nossa sociedade de acordo com Chauí,

[...] a memória é valorizada e desvalorizada. É valorizada com a multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas (computadores, filmes, vídeos, fitas cassetes, livros) e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos). É desvalorizada porque não é considerada uma capacidade essencial para o conhecimento – podemos usar máquinas no lugar da nossa própria memória – e porque a publicidade e a propaganda nos fazem preferir o “novo”, “o moderno”, “a última moda”, pois a indústria e o comércio só terão lucros se não conservamos as coisas e quisermos sempre o “novo”. A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, na maneira como a indústria da construção civil destrói cidades inteiras para torná-las

“modernas”, destruindo a memória e a História dessas cidades (CHAUÍ, 1996, p. 127-128).

Segundo Silva et al (2009, p. 9), “Para que haja preservação do Patrimônio Documental é extremamente necessário elucidar conceitos e aprimorar a educação de nosso povo sobre a importância e o valor desses documentos para a nossa sociedade”.

Por esses motivos, os arquivos possuem significativa importância para a sociedade, o testemunho da memória institucional que, no caso específico, configuram-se em 22 anos de experiência, de início, em meados de março de 1990, quando fui aprovado como bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, como estudante do curso de graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Durante minha prática, deparei-me com uma massa documental acumulada em salas da Arquidiocese da Paraíba e, como leigo em arquivologia, sentia que os documentos deveriam ser organizados e que serviriam para futuras pesquisas da história da Igreja Católica Romana na Paraíba.

Em reuniões periódicas com as coordenadoras, a Prof^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a Prof^a Zeluíza da Silva Formiga Brandão, com a equipe, elas comentavam do valor histórico da documentação e a formação através do projeto de mão de obra qualificada em arquivologia, no momento em que a ciência arquivística dava os seus primeiros passos através da equipe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), criado em 1976, como órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba.

Durante o andamento do projeto, tínhamos reflexões entre a teoria e a prática do fazer arquivístico, reuniões com palestras e discussões em grupo sobre a história da Igreja Católica Romana na Paraíba, no Brasil e no mundo, análise e discussões sobre a arquivística, a assessoria primordial da Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e a leitura de seu clássico livro “Arquivos Permanentes: tratamento documental”, atualmente atualizado.

Foram dois anos de muito trabalho e experiência, ao final dos quais foi concluído o projeto, finalizado com a inauguração do arquivo em 27 de abril de 1992, agora batizado como Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

A sua abertura fez parte das comemorações do Centenário da Diocese da Paraíba (27.04.1892), quando Dom José Maria Pires no proêmio do Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba escreveu “[...] preciosos documentos salvos da injúria do tempo, recuperados à

voracidade dos insetos e pequenos roedores, selecionados e tecnicamente dispostos para gáudio dos estudiosos e pesquisadores. A Equipe do NIDHR trabalhou com tenacidade, com eficiência e, sobretudo, com amor.” (1992, p. 1).

Retornei ao Arquivo Eclesiástico da Paraíba em maio de 1996, transferido do setor da Oficina de Restauração de Bens Móveis e Integrados do Centro Cultural de São Francisco, para dar suporte e apoio à Notária¹ Laudereida Eliana Marques Morais, a Notária que solicitou um funcionário para ajudá-la no trabalho diário.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba tinha crescido muito em documentos e reconhecimento da instituição e da sociedade, tido como um arquivo referência em organização e com profissionais qualificados, já que a notária formada em História (UFPB) possuía o curso de Especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo.

Foi nesse momento que fiz as duas Especializações, a primeira em Organização de Arquivos (1996) e a segunda em História do Nordeste Contemporâneo (1997-1999), ambas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em janeiro de 2001, assumi definitivamente o Arquivo Eclesiástico da Paraíba, com a saída da notária, dando continuidade ao fazer arquivístico. Entre as muitas atividades, lembro-me do Projeto de Microfilmagem dos livros de batismos, casamentos, óbitos e dispensas matrimoniais, do mais antigo até 1950, desenvolvido pela Sociedade Genealógica de Utah, atual Family Search (2003), o Projeto do Profº Flávio Colaço sobre a digitalização das 29 (vinte e nove) Cartas Pastorais (1894-1935) do 1º bispo e arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques, as diversas exposições, a mudança do arquivo (três vezes), o Projeto de Digitalização dos livros de batismos, casamentos e crismas de 1950 até 2013, os Processos de Ordenações (1822-1987) efetuadas pela Family Search (2013-2014), classificação e higienização documental, atendimentos aos usuários internos e externos, visitas guiadas, e orientação do estagiário (2013-2014).

A nossa memória é uma tensão entre lembrar e esquecer. Dodebei (2010) afirma que é nesse processo que tudo começou, pensamento compactado também com Catroga (2001) ao afirmar: “[...] a de dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a seleccionar o seu passado, processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir.”

¹ Notária de acordo com o Código de Direito Canônico no Cân. 483§1. Além do Chanceler, podem ser constituídos outros notários, cujo escrito ou assinatura fazem fé pública, seja para todos os atos, seja somente para atos judiciais ou somente para os atos de determinada causa ou questão.

3 DIOCESE DA PARAÍBA: ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA CRIAÇÃO

Memória

[...]

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão

Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.
(DRUMONND, Carlos)

A Diocese da Paraíba foi fundada durante o período Republicano, que separa a Igreja Católica do Estado, tão presente durante o período Colonial e Imperial no Brasil. Para Joseph Comblin, a República representou uma libertação para a Igreja Católica, tendo em vista que

Ocorre a desvalorização do modelo do padroado no fim do império. O sistema imperial é para a Igreja somente uma prisão, já não constitui um auxílio certo. No entanto, no costume, por tradição, por hábito, o clero de certo modo se resigna. Não desejaria a República, mas globalmente depois de muitas hesitações acabara aceitando-a, e de fato a República foi para a Igreja no Brasil uma libertação, porque deixando de funcionar aquele controle rígido do Estado, que já não estava mais interessado na evangelização, nem rei de Portugal nem os imperadores foram interessados de multiplicar as dioceses, poucas dioceses, poucas paróquias, pouco clero, não estava interessado em ter mais religiosos, nem queriam saber, portanto foi uma libertação (COMBLIN, 1989, p.7).

A organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada durante o período de 1890 a 1930, segundo Sérgio Miceli (1988, p. 67) ao afirmar que:

A expansão organizacional da Igreja tomou o feitiço de um processo de ‘estadualização’ do poder eclesiástico. Tendo perdido o status oficial de ‘ramo da administração pública’, destituída dos privilégios inerentes à condição de corporação subsidiada, e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalização à testa do novo regime republicano, os detentores dos postos de decisão na alta hierarquia concentraram seus esforços e investimentos na área mais próxima de influência. A política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados.

Com a criação de novas dioceses no território brasileiro, a Igreja Católica colocaria em prática várias medidas que o novo contexto histórico lhe exigia.

Uma das estratégias do episcopado brasileiro, diante da nova realidade, objetivou a expansão da estrutura eclesiástica, conseguindo do Papa Leão XIII a ampliação do número de dioceses no Brasil. A Igreja procurava se reciclar institucionalmente na tentativa de reverter o processo de decadência que o período imperial lhe proporcionaria, a partir da renovação de sua base de sustentação financeira, da ampliação da sua influência no sistema educacional, além de outras estratégias de ação (FERREIRA, 1994, p. 59).

Como podemos analisar no quadro a seguir:

Quadro 1 - Concentração Regional das Novas Circunscrições Eclesiásticas (1890-1930)*

REGIÃO/ESTADOS	SITUAÇÃO ANTERIOR (Nº.)	NÚMERO DE NOVAS DIOCESES
• Nordeste/Norte	4 (31%)	14 (25%)
• São Paulo	1 (8%)	12 (22%)
• Minas Gerais	2 (15%)	10 (18%)
• Estados do Sul	1 (8%)	9 (16%)
• Bahia/Espírito Santo	1 (8%)	4 (7%)
• Rio de Janeiro	2 (15%)	4 (7%)
• Centro-Oeste	2 (15%)	3 (5%)
TOTAIS	13 (100%)	56 (100%)

FONTE: MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1988, p. 61.

* Estão excluídas deste quadro as 18 prelazias e as 3 prefeituras apostólicas criadas no mesmo período e destinadas ao trabalho missionário junto às populações indígenas.

A Diocese da Paraíba foi instituída nesse contexto de expansão das novas circunscrições eclesiásticas pelo Papa Leão XIII (1878-1903), em 27 de abril de 1892, pela bula *AD UNIVERSAS ORBIS ECCLESIAS*, que pertencia à área territorial dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte (ver o organograma da instituição em anexo). Em 06 de fevereiro de 1914, pela bula *MAIUS CATHOLICAE RELIGIONIS INCREMENTUM*, do Papa

Pio X (1903-1914), a Diocese da Paraíba foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana. De acordo com Severiano (1919) nessa época são sufragâneas a Diocese de Cajazeiras, no Estado da Paraíba e de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente, a Província Eclesiástica da Paraíba é formada pela Arquidiocese da Paraíba e as Dioceses de Cajazeiras (1914); Campina Grande (1949); Patos (1959) e de Guarabira (1980).

3.1 BISPOS E ARCEBISPOS

Para assumir a Diocese da Paraíba foi indicado, em 1893, o nome do Monsenhor Dr. José Basílio Pereira, baiano, que não aceitou o cargo, devido a problemas de saúde. Sendo designado, em 02 de janeiro de 1894, o cônego Dr. Aducto Aurélio de Miranda Henriques, nascido em 30 de agosto de 1855, em Areia, no município do brejo paraibano (Ferreira, 1994, p. 63), foi bispo e arcebispo, durante o período de 1894-1935, e teve como lema de serviço episcopal: *Iter para Tutum* - Prepara o caminho seguro. Faleceu em 15 de agosto de 1935 e está sepultado na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa – PB.

O segundo arcebispo foi Dom Moisés Sizenando Coelho (1935-1959), nascido em 08 de abril de 1877, no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Teve como lema de serviço episcopal: *Dominus illuminatio mea* - O Senhor é minha luz! . Faleceu em 18 de abril de 1959 e está sepultado na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa – PB.

O terceiro foi Dom Mário de Miranda Vilas Boas (1959-1965), nascido em 04 de agosto de 1903, em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Teve como lema de serviço episcopal: *Sentire cum Ecclesia* - Sentir com a Igreja. Renunciou à Arquidiocese da Paraíba em 21 de maio de 1965, vindo a falecer no dia 23 de fevereiro de 1968, em Aracaju – SE, sendo sepultado no Cemitério Santa Izabel. Em 03 de agosto de 1978, seus restos mortais foram trasladados para Belém do Pará, onde foram colocados na Capela de Nossa Senhora das Graças.

O quarto arcebispo foi Dom José Maria Pires (1965-1995), nascido em 15 de março de 1919, em Córregos, Estado de Minas Gerais. Teve como lema de serviço episcopal: *Scientiam Salutis* - Anunciar o Conhecimento da Salvação. Reside atualmente em Belo Horizonte – MG.

O quinto arcebispo foi Dom Marcelo Pinto Carvalheira (1995-2004), nascido em 1 de maio de 1928, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. Tinha como lema de serviço

episcopal: *Evangelizare* - Evangelizar. Reside atualmente no Mosteiro de São Bento em Olinda – PE.

Atualmente, o arcebispo é Dom Aldo Di Cillo Pagotto, SSS, nascido em 16 de setembro de 1949, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi nomeado em 5 de maio de 2004, tomando posse em 3 de junho de 2004, como lema de serviço episcopal: *Unum Corpus + Unus Spiritus* – Um só Corpo e um só Espírito (Ef 4,4).

A Arquidiocese da Paraíba de acordo com o Anuário da Arquidiocese da Paraíba (2015) possui atualmente 90 Paróquias, sendo 86 Paróquias, 4 Paróquias/Santuários, 01 Paróquia Militar, 2 Pró-Paróquias, 1 Reitoria e 3 Áreas Pastorais, distribuídas em 9 Regiões Pastorais (Agreste, Centro, Conjuntos, Litoral, Praia Norte, Praia Sul, Urbana Sul, Vale do Mamanguape e Várzea). Elas compreendem 38 municípios: Alhandra, Baía da Traição, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Caldas Brandão, Capim, Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itapororoca, Itatuba, Jacaraú, João Pessoa, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pedro Regis, Pilar, Pitimbú, Riachão de Bacamarte, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de São Felix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipú, Sapé, Serra Redonda e Sobrado.

A Arquidiocese da Paraíba, atualmente, possui um território de 6.546,6 km², conta com uma população de 1.570.638 hab. (IBGE 2014). Isso representava uma densidade demográfica de 239,9 hab/Km² (ANUÁRIO..., 2015, p. 775).



Foto 1: Sede da Arquidiocese da Paraíba
Autor: José Augusto de Moraes
Fonte: AEPB

3.2 ARQUIVO ECLESIAÍSTICO: da concepção conceitual aos aspectos legais

Com vistas a ancorar nosso entendimento conceitual de arquivos eclesiásticos, perseguimos a compreensão de Haves (2005 *apud* SANTOS, 2005, p. 42), ao concebê-los como:

[...] uma coleção de documentos, registros, escrituras e petições relativos à origem, à fundação, ao crescimento, à história, aos direitos, aos privilégios, e às constituições de uma diocese, de uma paróquia, de um mosteiro, ou de uma comunidade religiosa sob a jurisdição da igreja; o termo é aplicado também ao lugar ou ao depósito onde tais registros e originais são mantidos.

De acordo com o Código de Direito Canônico, promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges*, de 25 de janeiro de 1983, no quinto ano do pontificado de João Paulo II, em vigor a partir de 27 de novembro de 1983 e atualizado com a Carta Apostólica sob a forma de *Motu Próprio Ad Tuendam Fidem* de 18 de maio de 1998:

O Cân. 482 § 1 determina a função de Chanceler “Em toda a cúria constitua-se um chanceler, cujo ofício principal, salvo determinação diversa do direito particular, é cuidar que os atos da cúria sejam redigidos e despachados, bem como sejam guardados no arquivo da cúria.”

O parágrafo 2 comenta sobre a organização do arquivo “Cuide também o Bispo diocesano que haja na diocese o arquivo histórico, e que os documentos que têm valor histórico sejam diligentemente guardados e ordenados sistematicamente.”

O Cân. 486 § 1 descreve a importância da guarda dos documentos “Devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias.” Em seu parágrafo 2 analisa a importância do arquivo para a preservação dos documentos “Em cada cúria, seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os instrumentos e escritos que se referem às questões diocesanas espirituais e temporais.”

O parágrafo 3 dispõe que seja feito um inventário dos documentos “Faça-se um inventário ou catálogo, com breve resumo de cada escrito, dos documentos contidos no arquivo.”

O Cân. 487 § 2 comenta o direito dos interessados a ter acesso aos documentos: “direito dos interessados receber, por si ou por procurador, cópia autêntica manuscrita ou

fotostática, dos documentos que, por sua natureza, são públicos e se referem ao seu próprio estado pessoal.”

O Cân. 488 trata da retirada de documentos do arquivo “Do arquivo não é lícito retirar documentos, a não ser por breve tempo somente e com o consentimento do Bispo ou do Moderador da cúria e do chanceler juntos.”

O Cân. 491 § 1 comenta as responsabilidades dos Bispos com a documentação “O Bispo diocesano cuide que os atos e documentos dos arquivos, também das igrejas, catedrais, colegiadas, paroquiais e outras existentes em seu território, sejam diligentemente conservados e se façam inventários ou catálogos, em duas cópias, uma das quais se conserve no respectivo arquivo e a outra no arquivo diocesano.”

O parágrafo 2 comenta sobre a organização do arquivo: Cuide também o Bispo diocesano que haja na diocese o arquivo histórico, e que os documentos que têm valor histórico sejam diligentemente guardados e ordenados sistematicamente.

Em 02 de fevereiro de 1997 foi publicada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, a Carta Circular a Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos, onde podemos analisar a importância dada à preservação documental e à memória da caminhada da Igreja Católica Romana no mundo:

[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e factores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de grande importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem. [...] (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 1).

A valorização da transmissão do patrimônio documental:

A documentação conservada nos arquivos da Igreja católica é um patrimônio imenso e precioso. Basta considerar o grande número de arquivos que se formaram após a presença a actividade dos bispos nas cidades episcopais. Devem ser mencionados, entre os mais antigos, os arquivos episcopais e os arquivos paroquiais. Estes, não obstante as alternas vicissitudes históricas, em muitos casos foram incrementados com novos documentos relativos à modificação da organização institucional da Igreja e ao desenvolvimento da sua acção pastoral e missionária (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 3).

As difusões das informações contidas nos documentos como momento da tradição:

Os arquivos eclesásticos, conservando a genuína e espontânea documentação surgida em relação a pessoas e acontecimentos, cultivam a memória da vida da Igreja e manifestam o sentido da Tradição. Com efeito, com as informações neles recolhidas, permitem reconstruir as vicissitudes da evangelização e da educação para

a vida cristã. Eles constituem a fonte primeira para redigir a história das multiformes expressões da vida religiosa e da caridade cristã (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 3).

A relevância da transmissão das informações como memória da evangelização:

Tais motivações teológicas fundamentam a atenção e o cuidado das comunidades cristãs na custódia dos seus arquivos. As fontes históricas, conservadas nas antigas arcas ou nas estantes modernas, consentiram e favorecem, com efeito, a reconstrução dos eventos e, portanto, permitem transmitir a história da acção pastoral dos bispos nas suas dioceses, dos párocos nas suas paróquias, dos missionários nas zonas de primeira evangelização, dos religiosos nos seus institutos. Pensemos nas actas das visitas pastorais, nos relatórios para as visitas *ad limina*, nos relatórios dos núncios e dos delegados apostólicos, nos documentos dos concílios nacionais e dos sínodos diocesanos, nos despachos dos missionários, na actas dos capítulos dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida etc. (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 4).

A transmissão como instrumento pastoral:

A memória histórica faz parte da vida de cada comunidade, e o conhecimento de tudo aquilo que testemunha o suceder-se das gerações, o seu saber e o seu agir, cria um regime de continuidade. Portanto, com o seu património documental, conhecido e comunicado, os arquivos podem tornar-se instrumentos úteis para uma esclarecida acção pastoral, pois através da memória dos factos concretiza-se a Tradição. [...] (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 4).

Na carta circular, ainda podemos verificar a importância da preservação da memória e o receio ao esquecimento:

[...] Uma instituição que esquece o próprio passado, dificilmente consegue configurar a sua função entre os homens dum determinado contexto social, cultural e religioso. Nesse sentido, os arquivos, conservados os testemunhos das tradições religiosas e da práxis pastoral, têm uma intrínseca vitalidade e validade. [...] (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 4).

No que se refere à importância dos arquivos como lugares da memória e da tradição tão essencial, a Igreja cita que os arquivos são “[...] os lugares da memória eclesial que deve ser conservada e transmitida, reavivada e valorizada, pois representam a mais direta ligação com o património da comunidade eclesial (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 5).”

O documento também comenta a importância da documentação contemporânea: “O arquivamento da documentação contemporânea é importante quanto à coleta dos documentos antigos e à conservação dos arquivos históricos. Com efeito, os arquivos históricos de amanhã estão nos hodiernos arquivos correntes das várias cúrias, episcopais ou provinciais, dos

ofícios paroquiais e das secretarias de cada instituição eclesial (CARTA CIRCULAR... 1997, p. 06)”, como memória da construção da identidade da Igreja e comunidade.

4 ARQUIVO ECLESIAL DA PARAÍBA: fragmentos de sua história

Os documentos de um arquivo são pistas que indicam por onde a caravana vai passando. Apontam o rumo dos passos. (Ir. Maria Thereza Bianchini Latgé).

O Arquivo Eclesial da Paraíba foi organizado durante o período de 1989 a 1992, por iniciativa do Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Maria Pires (1965-1995), que firmou um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR).

Esse acordo proporcionou a preparação do diagnóstico da documentação e a elaboração do projeto da organização do arquivo da Cúria Metropolitana e conduzido para os órgãos de financiamento.

De acordo com o Relatório de Atividades (abril/dezembro – 1989), o diagnóstico da documentação e a elaboração do projeto foram iniciados em março de 1989 e foram coordenados pela Prof^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a equipe do NDIHR: Prof^a Zeluíza da Silva Formiga Brandão, as bolsistas Laudereida Eliana Marques Morais e Tânia Maria da Silva e a equipe da Cúria, a Irmã Maria Thereza Bianchini Latgé e Irmã Maria Eurípedes Carneiro. No início, participaram dos trabalhos a Prof^a Maria das Dores Limeira dos Santos (UFPB) e Neiliane Maia (NDHIR). Naquele momento foi instituído o Setor de Documentação e Informação Histórica Arquidiocesana – SDIHA e também um setor de história/oral.

De acordo com o Relatório Semestral (março/junho – 1990), o projeto de organização do arquivo da Cúria Metropolitana fez parte do grupo de trabalho Documentação e Memória Regional do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), que tinha a finalidade de organizar e preservar acervos documentais, possibilitando o acesso para pesquisas temáticas sobre a realidade nordestina.

O arquivo apresentava-se sem nenhum tratamento documental, acondicionada em caixas-arquivo e empilhada no chão. Nesse período houve uma reforma no prédio acelerando

ainda mais a degradação da documentação, apesar do interesse do responsável pela documentação, o Pe. Antônio Kemps (Antoon Armamd Kemps).



Foto 2: Situação em que se encontrava a documentação
Fonte: AEPB

O projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e formou uma equipe de professores, alunos e graduados em História e Biblioteconomia, constituída por onze pessoas, tendo como Coordenadora Geral a Prof^a Dr^a Rosa Maria Godoy Silveira e Coordenadoras Adjuntas as professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Zeluíza da Silva Formiga, Assessoria da Prof^a Gloriete Pimentel Rodrigues, bolsistas do CNPq Aperfeiçoamento B: Laudereida Eliana Marques Moraes, Tânia Maria da Silva, de Iniciação Científica: Edileusa Mota dos Santos, Josineide da Silva Bezerra, Ricardo Grisi Velôso, e equipe da Arquidiocese da Paraíba: A Irmã Maria Thereza Bianchini Latgé, Antonio Duarte dos Santos, Anna Christina Farias de Carvalho, com a assessoria da Dr^a Heloísa Liberalli Bellotto do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

Agregaram a equipe transitoriamente as professoras Maria das Dores Limeira dos Santos e Neiliane Maia (UFPB), a Irmã Maria Eurípedes Carneiro, e as estudantes do curso de

História da UFPB Maria Iris de Souza Bezerra, Mali Trevas Rolim e Rita de Cássia de Oliveira Ramos.



Foto 3: Dr^a Heloísa Liberalli Bellotto em reunião com a equipe composta, à esquerda, por Josineide da Silva Bezerra, Mali Trevas Rolim e a direita as professoras da UFPB, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Zeluíza da Silva Formiga e Ricardo Grisi Veloso.

Fonte: AEPB

A equipe, sob a orientação da professora Dr^a Heloisa Liberalli Bellotto iniciou os trabalhos com um Plano de Intervenção, seguindo com certo rigor as seguintes etapas de trabalho:

1 - Os primeiros contatos com a documentação, para a retirada de grampos e cliques metálicos (vide a foto):



Foto 4: Contatos com a documentação na extração de grampos: à esquerda, Tânia Maria da Silva e, à direita, Laudereida Eliana Marques Moraes.

Fonte: AEPB

2 - Desinfestação e desinfecção – Foi efetuado a desinfestação e desinfecção dos documentos. Entendemos por desinfestação o “Processo de destruição ou inibição da atividade de insetos” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 68) e desinfecção o “Processo de destruição ou inibição da atividade de microorganismos” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 68).

A construção da Câmara foi supervisionada pelo Técnico da Fundação Joaquim Nabuco, Eutrópio Pereira Bezerra, e custeada pela Arquidiocese da Paraíba. Segue o modelo:

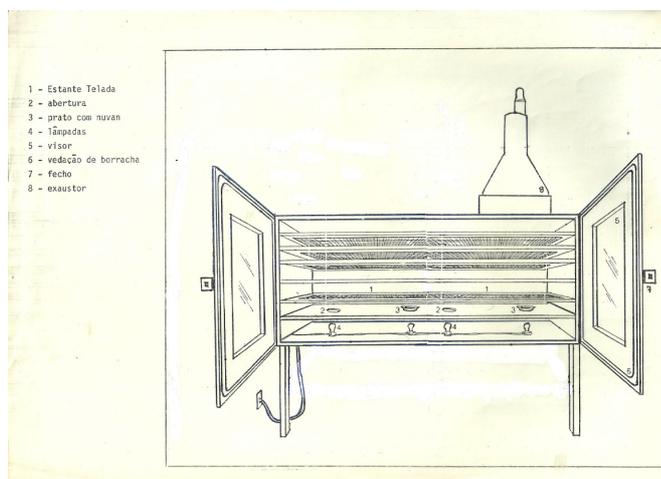


Figura 1: Câmara de Desinfestação e Desinfecção
Fonte: AEPB

A documentação era acondicionada na câmara por 12 horas hermeticamente fechada; logo após esse período, a documentação permanecia 12 horas fora da câmara e, em seguida, ia para a Mesa de Higienização (vide a foto):



Foto 5: Preparação da Câmara de desinfestação e desinfecção por Tânia Maria da Silva
Fonte: AEPB

O processo de higienização era efetuado de forma mecânica numa mesa produzida para essa finalidade, com utilização de trinchas, quando a documentação era separada para a classificação documental. Entendendo-se por higienização “Retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à **preservação dos documentos.**” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 103) (grifo do autor).



Foto 6: Documentos sendo higienizados por Laudereida Eliana Marques Moraes
Fonte: AEPB

2 – Classificação dos documentos – A documentação foi classificada utilizando uma ficha documental. Entendemos por classificação a “Organização dos documentos de um **arquivo** ou **coleção**, de acordo com um **plano de classificação**, **código de classificação** ou **quadro de arranjo.**” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 49) (grifo do autor). Ação registrada nas fotos 7 e 8, que seguem:

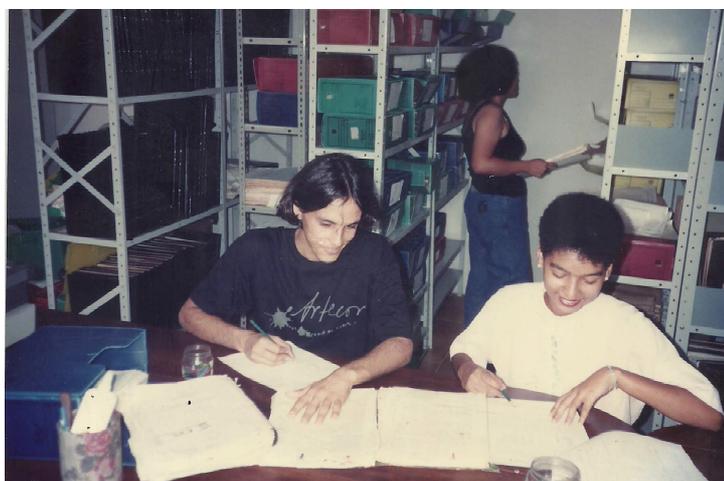


Foto 7: Documentos classificados, à esquerda, Ricardo Grisi Velôso e, à direita, Edileusa Mota dos Santos
Fonte: AEPB



Foto 8: Documentos classificados pela Profª Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Fonte: AEPB

Mitra Arquidiocesana da Paraíba
 Arquivo Eclesiástico da Paraíba

FICHA DOCUMENTAL

FUNDO: _____
 GRUPO: _____ SUB-GRUPO: _____
 SÉRIE: _____ SUB-SÉRIE: _____
 TÍTULO: _____
 TIPO DE DOCUMENTO: _____
 FONTE EMISSORA: _____
 DESTINATÁRIO: _____
 DATA-LIMITE: _____ Nº FOLHAS/DOC.: _____

FORMA	NATUREZA	LEGIBILIDADE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Original <input type="checkbox"/>	Único <input type="checkbox"/>	Ótima <input type="checkbox"/>	Perfeito <input type="checkbox"/>
Cópia <input type="checkbox"/>		Boa <input type="checkbox"/>	Danificado <input type="checkbox"/>
Manuscrita <input type="checkbox"/>	Seriado <input type="checkbox"/>	Regular <input type="checkbox"/>	Completo <input type="checkbox"/>
Impressa <input type="checkbox"/>		Ma <input type="checkbox"/>	Incompleto <input type="checkbox"/>
Datilografada <input type="checkbox"/>	N/C <input type="checkbox"/>		

Figura 2: Ficha Documental - Anverso
Fonte: AEPB

SÍNTESE: _____

RESPONSÁVEL/DATA: _____ SUPERVISÃO/DATA: _____

Figura 3: Ficha Documental - Verso
Fonte: AEPB

4.1 FUNDOS DOCUMENTAIS

Durante a organização do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, a classificação documental foi efetuada de acordo com o princípio estrutural, tendo a assessoria da Prof^a Dr^a Heloísa Liberalli Bellotto do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo Bellotto (2004, p.127) é:

[...] indispensável que a ordenação de arquivos permanentes se faça por fundos. Hoje em dia já é inadmissível, mesmo nos países cujo emprego de tratamento arquivístico adequado a seus acervos documentais administrativos seja recente, que os documentos estejam arranjados por assunto, por ordem cronológica única, por formatos ou suportes materiais da documentação que lhe compete recolher, tratar, custodiar, preservar e divulgar.

Foi feito um estudo detalhado da estrutura administrativa da Arquidiocese da Paraíba, analisando o organograma da instituição (segue em anexo) e a relação entre os setores, respeitando o princípio da proveniência, que significa “Princípio básico da **arquivologia** segundo o qual o **arquivo** produzido por uma **entidade coletiva**, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras **entidades produtoras**. Também chamado princípio do respeito aos fundos.” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 136) (grifo do autor).

De acordo com Gonçalves (1998, p. 14):

[...] plano de classificação” (para os documentos de caráter **corrente**) e “quadro de arranjo” (para os documentos de caráter **permanente**). Ambos, porém, têm a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. Vale destacar que, no caso de documentação de caráter permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos e séries (grifo do autor).

O Quadro de Arranjo do arquivo eclesiástico é composto de sete fundos documentais. Definimos o Quadro de Arranjo como o “esquema estabelecido para o **arranjo** dos **documentos** de um **arquivo**, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da **entidade produtora** e da análise do **acervo**. Expressão adotada em **arquivos permanentes**.” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 141) (grifo do autor).

A seguir, o Quadro de Arranjo do Arquivo Eclesiástico:

1 - Fundo Chancelaria, que significa:

A Cúria Metropolitana tem por obrigação constituir um chanceler e notários, cuja função principal é cuidar que sejam redigidos, despachados e arquivados, os atos do Governo Arquidiocesano. (GUIA DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO, 1992, p.6)

Nesste fundo arquivístico, encontramos as seguintes séries: Atos do Governo Arquidiocesano, Atos Normativos, Correspondência, Registros Paroquiais, Estatística e Pesquisas, Documentação dos Bispos, Documentação do Clero, Documentação de Irmandades, Associações Pias e Movimentos Religiosos, Documentação da Província Eclesiástica da Paraíba, Documentação de Outras Dioceses, Documentação do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM, Dossiê: Santa Sé/Nunciatura Apostólica, Dossiê: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – DCNBB, Dossiê: Conferência dos Religiosos do Brasil.

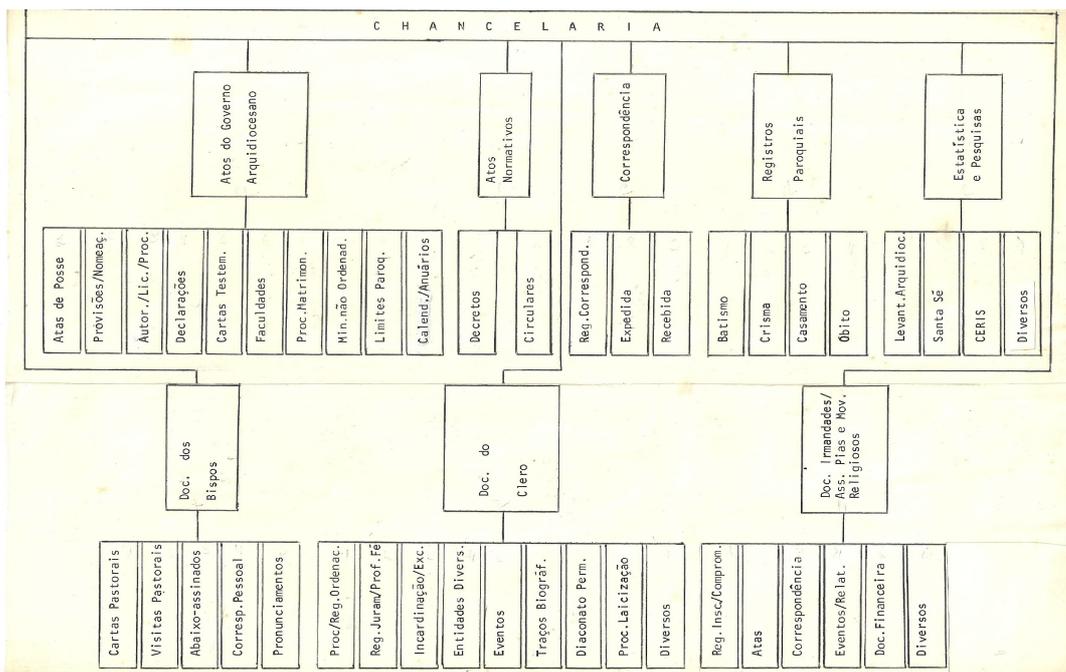


Figura 4: Fundo Chancelaria
Fonte: AEPB

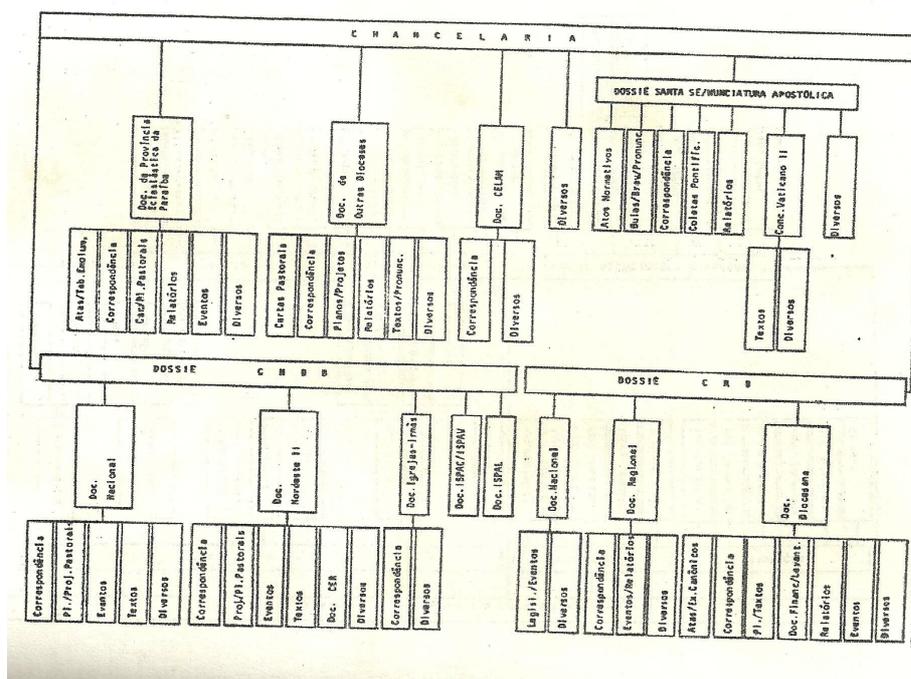


Figura 5: Fundo Chancelaria
Fonte: AEPB

2 - Fundo Seminário Arquidiocesano:

Fundado em 4 de março de 1894, o Seminário Arquidiocesano funcionou no Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco até 1965, quando foi transferido para sede própria, no bairro do Castelo Branco I, na cidade de João Pessoa – PB.

Possui os seguintes grupos documentais: Secretaria, Patrimônio, Finanças, Pessoal, Centro de Treinamento de Miramar e o Dossiê: Associações Diversas.

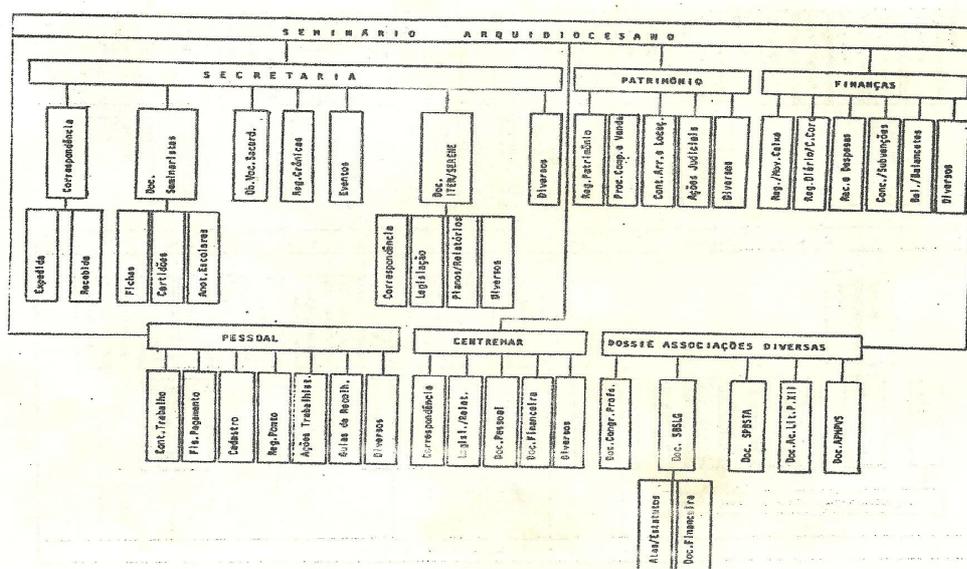


Figura 6: Fundo Seminário Arquidiocesano
Fonte: AEPB

3 - Fundo Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores:

Foi criado com a denominação de Cabido da Catedral de Nossa Senhora das Neves a 12 de junho de 1905, pela Sagrada Congregação do Concílio. Sua função é a realização dos atos litúrgicos mais solenes, além de deliberar sobre o patrimônio da Arquidiocese. Atualmente as funções deliberativas passaram à competência do Colégio de Consultores (GUIA DO ARQUIVO ECLESIÁSTICO, 1992, p.18).

Possui as seguintes séries documentais: Atas/Pautas de Reuniões, Correspondência, Relatórios e Diversos.

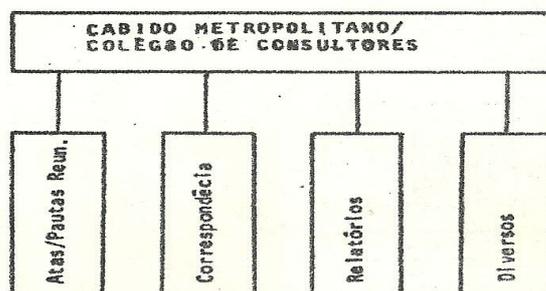


Figura 7: Fundo Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores
Fonte: AEPB

4 - Fundo Tribunal Eclesiástico:

Foi criado em 2 de abril de 1956, pelo Arcebispo D. Moisés Coelho. Sua função é tratar das questões ligadas ao vínculo do matrimônio e outras causas contenciosas não reservadas à Santa Sé. Os tribunais diocesanos foram extintos e suas atribuições transferidas aos Tribunais Eclesiásticos Regionais. Em nossa Arquidiocese, foi constituído um Tribunal Eclesiástico Auxiliar (GUIA DO ARQUIVO ECLESIÁSTICO, 1992, p.19).

Possui as seguintes séries documentais: Correspondência, Processos e Diversos.

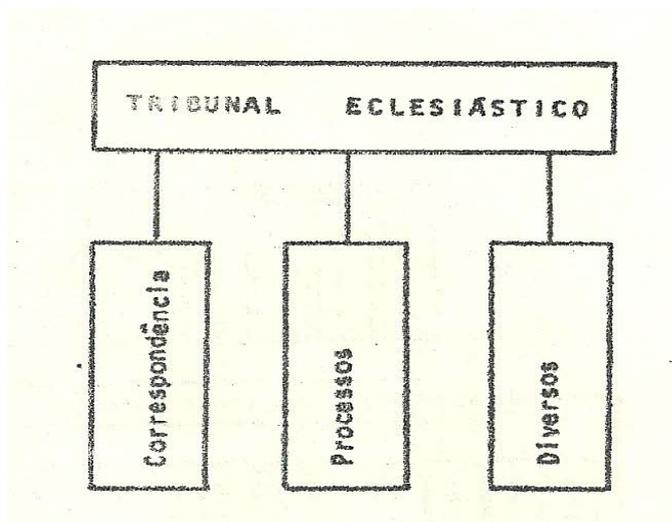


Figura 8: Fundo Tribunal Eclesiástico
Fonte: AEPB

Possui as seguintes séries documentais: Atas/Pautas de Reuniões, Correspondência, Legislação e Diversos.

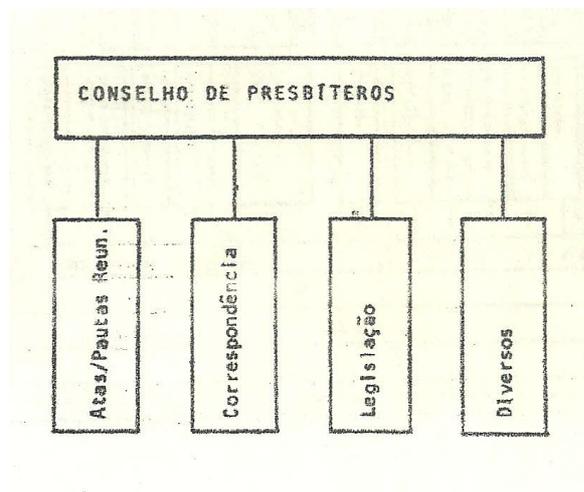


Figura 10: Fundo Conselho de Presbíteros
Fonte: AEPB

7 - Fundo Conselho Pastoral:

Surgiu da necessidade da Pastoral de Conjunto. O CPa foi criado no pós Concílio Ecumênico Vaticano II, quase simultaneamente ao Conselho de Presbíteros. É um órgão de caráter consultivo constituído por representantes dos Zonais e dos Setores Pastorais, sob a presidência do Arcebispo e tem por objetivo refletir sobre a ação pastoral da Arquidiocese e animar e acompanhar a execução da pastoral de conjunto (GUIA DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO, 1992, p.26).

Possui as seguintes séries documentais: Correspondência, Relatórios, Eventos, Diversos.

E os seguintes grupos documentais: Coordenação Pastoral, Zonal Urbano, Zonal Suburbano, Zonal Várzea, Zonal Brejo, Zonal Agreste, Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Juventude, Pastoral Vocacional, Pastoral Universitária, Pastoral do Crisma, Pastoral Operária, Animação dos Cristãos no Meio Rural, Pastoral Rural/Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Adolescentes e Crianças, Pastoral da Criança/Menor, Movimento de Promoção da Mulher, Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, Pastoral do Negro, Pastoral do Índio, Centro de Formação Missionária, Centro de Estudos Bíblicos, Cáritas Diocesana, Centro Feminino de Formação Missionária, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Ditadura Militar, Centro de Documentação e Publicações Populares, Sociedade dos Amigos da Boa Imprensa.

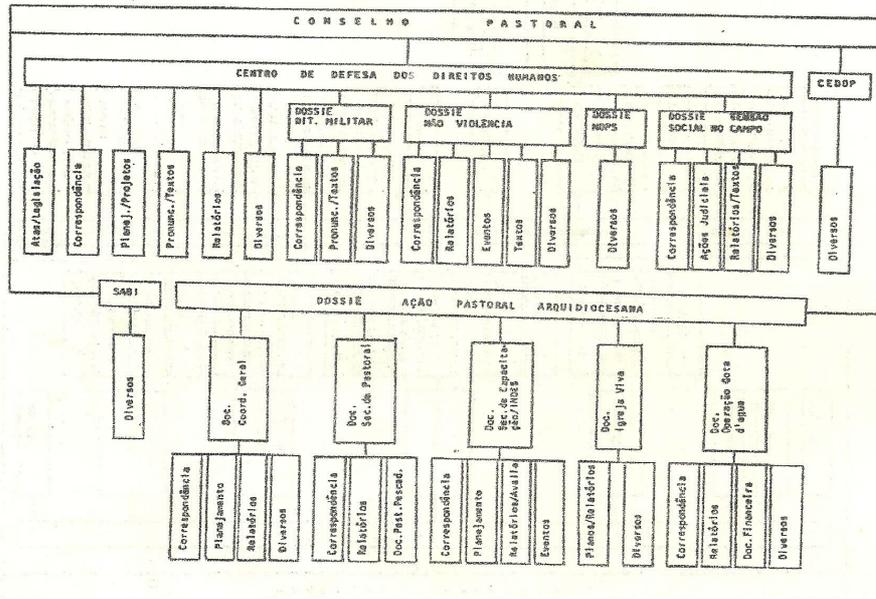


Figura 13: Fundo Conselho Pastoral
Fonte: AEPB

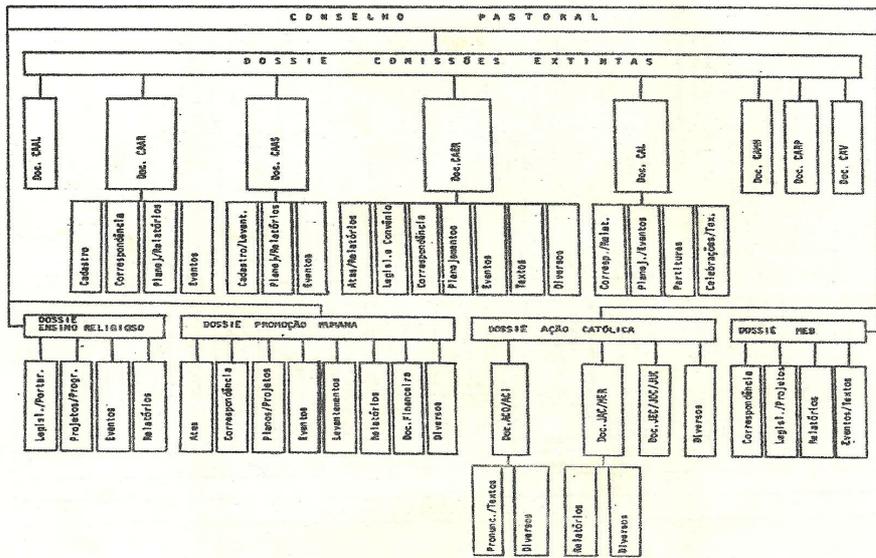


Figura 14: Fundo Conselho Pastoral
Fonte: AEPB

4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Arquivo consta dos seguintes Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba (atualizado, 2015), Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Inventário do Grupo Fechado do Centro de Documentação e Publicações Populares - CEDOP (1978-1992), Catálogo da Coleção de Fotografias (1905-1989), Catálogo dos Projetos Arquitetônicos (1961-1990), Catálogo da Produção Intelectual de Dom José Maria Pires (1966-1995), Catálogo do Jornal A IMPRENSA (1897-1968), Catálogo dos Periódicos, Catálogo dos Documentos Relativos à Ditadura Militar, Catálogo do Movimento de Promoção da Mulher (MPM) e o Catálogo das Escrituras.

5 MEMÓRIA DO ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAÍBA: recordação de uma prática arquivística

O Passado...

[...]

Gente que passa indiferente,
olha de longe,
na dobra das esquinas,
as traves que despencam.

-Que vale para eles o sobrado?

Quem vê nas velhas sacadas
de ferro forjado
as sombras debruçadas?

Quem é que está ouvindo
o clamor, o adeus, o chamado?...

Que importa a marca dos retratos na parede?

Que importam as salas destelhadas,
e o pudor das alcovas devassadas...

Que importam?

E vão fugindo do sobrado,
aos poucos,

os quadros do Passado.

(Cora Coralina)

Neste capítulo buscamos romper o silêncio e retirar dos desvãos da memória as reminiscências de uma prática arquivística. Vivência que culminou no acompanhamento experienciado de uma atividade, algumas vezes executadas solitariamente e algumas outras vezes de modo compartilhado. Todavia, há que se registrar que nessa experiência muito se testemunhou: pesquisas e aprendizados no cotidiano de um arquivo, produções, atendimentos e outros interesses que não cabem nas páginas deste texto. Todas igualmente imprescindíveis, as quais fizeram frutificar as produções e atividades que ora registramos.

5.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba durante todos esses anos apoiou a produção de diversos trabalhos científicos, tais como: monografias, dissertações, teses e publicações de livros, das seguintes instituições: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual de

São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica – SP (PUC-SP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Núcleo Cultural Português, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Centro Universitário João Pessoa (UNIPÊ), Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e Fundação Casa de José Américo.

Cito alguns trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses:

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **Portfólio de Informação e Difusão Cultural como estratégia arquivística da Fundação Margarida Maria Alves**. João Pessoa: UEPB, 2014. (Monografia em Arquivologia).

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de fé: Irmandades negras na Parahyba do século XIX**. João Pessoa: UFPB, 2006. (Dissertação em História).

AMORIM, Geraldo Nogueira. **Vocações Tardias na Arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: SAPIC, 2006. (Monografia em Teologia).

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: UFRN, 2009. (Tese em Educação).

BONFIM, Josenilda F. Ribeiro. **Os Passos da Fé: uma reportagem sobre a Festa de Nossa Senhora da Penha**. João Pessoa: UFPB, 1994. (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social/Jornalismo).

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Prática Política e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na Década de 1930**. Recife: UFPE, 1996. (Dissertação em História).

CENTESIMUS ANNUS. Revista Especial Comemorativa do Centenário da Arquidiocese da Paraíba. João Pessoa: Arquidiocese da Paraíba, 2014, 78 p. Edição especial.

_____. **As Singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Recife: UFPB, 2004. (Tese de Doutorado em História).

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em Defesa da Ordem: Um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba 1930-1945**. João Pessoa: UFPB, 2007. (Dissertação em História).

COSTA, Suzana Queiroga. **Jornal “A Imprensa” como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no Século XX [1912 a 1942]**. João Pessoa: UFPB, 2011. (Dissertação em Ciência da Informação).

DIAS, Roberto Barros. **Deus e a Pátria: Igreja e Estado no processo da Romanização na Paraíba (1894-1930)**. João Pessoa: UFPB, 2008. (Dissertação em História).

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A Caminhada do Primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Brasil: Terra, Justiça, Liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2015. (Dissertação em Direitos Humanos).

EULÁLIO, Mainara Duarte. **O Bispo negro: Dom José Maria Pires e seus escritos africanistas (1978-1988)**. João Pessoa: UFPB, 2009. (Monografia em História e Cultura Afro-Brasileira).

_____. **A Igreja Católica e as Religiões Afro-brasileiras: análise dos escritos africanistas de Dom José Maria Pires (1965-1995)**. Campina Grande: UEPB, 2011. (Monografia em História).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. São Paulo: USP, 1994. (Tese de Doutorado em História).

GIACOMELLI, Gabriele. **Igreja Viva**. Uma análise da dimensão educativa da Ação Pastoral Popular da Arquidiocese da Paraíba (1968-1973). João Pessoa: UFPB, 2001. (Dissertação em Educação).

MENESES, Marcondes Silva. **O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): “O caso das Mercês”**. João Pessoa: UFPB, 2014. (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo).

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A Fronteira Móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881)**. João Pessoa: UFPB, 2006 (Dissertação em Geografia).

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação: Ação Pastoral e Política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. João Pessoa: UFPB, 2012. (Dissertação em História).

QUEIROZ, Anna Carla Silva de. **Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. Recife: UNIVERSO, 2008. (Monografia em Gestão de Arquivo Público e Privado).

SANTOS, Francisco Lopes dos. **Operação Gota D'água: A participação da Igreja Católica no combate à seca na Paraíba na década de 1970**. João Pessoa: UFPB, 2004. (Monografia em História).

SILVA, Vânia Cristina. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve!Salve! Festas Escolares e Comemorações Cívicas na Paraíba (1937-1945)**. João Pessoa: UFPB, 2011. (Dissertação em História).

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos Hígidos: O Limpo e o Sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa: UFPB, 2011. (Dissertação em História).

SARMENTO, Christiane Finizola. **Sob o signo da modernidade: arquitetura oficial na Parahyba, 1910 – 1924**. João Pessoa: UFPB, 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo).

SOUZA, Adenilson Ferreira. **Atividade Política da Igreja Católica no Brasil: As demandas da sociedade brasileira transnacionalizadas por Dom Helder Câmara (1968-1978)**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. (Dissertação Relações Internacionais).

ROCHA, Solange Pereira. **Na trilha do Feminino**: Condições da vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888. Recife: UFPE, 2001. (Dissertação em História).

_____. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista**: População, Família e Parentesco Espiritual. Recife: UFPE, 2007. (Tese de Doutorado em História).

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. João Pessoa: UFPB, 1999. (Monografia em História).

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Frutos da Terra**: Memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim (Pitimbu/PB). Araraquara: UNESP, 2001. (Tese de Doutorado em Sociologia).

Algumas publicações:

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. Natal: EDUFRN, 2011.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Núcleo Cultural Português/Edições Caravela, 1997.

_____. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina grande: edições Caravela, 2000.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira. **A Missão Ibiapina**. Passo Fundo: Berthier, 2008.

_____. **A quem interessa Bom Sucesso?** Paraíba. João Pessoa: A União, 2011.

_____. **Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo**: um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos. João Pessoa: Idéia, 2015.

JÚNIOR, José Peixoto. **Padre Peixoto**: Intelectual, Político e Sacerdote. Brasília: Editora Ser, 2007.

LUCENA, Humberto Fonseca. **A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra de Araruna**. João Pessoa: A União, 2000.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Guarabira – Democracia, Urbanismo e Repressão 1945/1965**. João Pessoa: A União, 1998.

_____. **Nos Tempos de Félix Araújo – Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47)**. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

PORTO, Waldice Mendonça. **Cônego Francisco Lima – Historiador e Humanista**. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 2000.

RAMOS, Adauto. **A Paraíba na Guerra do Paraguai**. João Pessoa: [s.n.]. 2004.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (Org.). **Dom José Maria Pires: Uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um Farol: Contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. Aracaju: Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos. VELÔSO, Ricardo Grisi. **Sacerdotes Ordenados pela Arquidiocese da Paraíba (1892-2002)**. João Pessoa: Imprell, 2003.

_____. **Apontamentos Biográficos do Clero da Arquidiocese da Paraíba (1894-2004)**. João Pessoa: Ideia, 2005.

_____. **O Ano Sacerdotal e o Clero da Arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos. (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1914-2014): História e Memória**. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

SANTOS, Pe. Drn. Francisco de Assis Azevedo dos. **Fragments Históricos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição**. João Pessoa. Editora Sal da Terra, 2010.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal - Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2000.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003.

5.2 ATIVIDADES CULTURAIS

Durante todos esses anos o arquivo produziu e apoiou diversas exposições, cujo objetivo foi divulgar o acervo documental. Segue a lista:

- Cem Anos de Juventude (1994), sobre as Comemorações do Centenário da Arquidiocese da Paraíba em parceria com o Centro Cultural de São Francisco;
- Dom José Maria Pires: A Caminhada do Profeta (1996), sobre a vida e a obra do quarto Arcebispo da Paraíba, em parceria com Centro Cultural de São Francisco.
- Exposição em Comemoração à instalação da Diocese da Paraíba (2002);
- Campanha da Fraternidade em Memória (2003), juntamente com a Igreja São Frei Pedro Gonçalves;
- Retrospectiva da Ação Pastoral de Dom Marcelo Pinto Carvalheira – 2003;

- Modos de Ver, exposição fotográfica de Antonio David (2003);
- Missais Romanos (2003);
- Objetos Litúrgicos, juntamente com o Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição (SAPIC) – (2003);
- Retrospectiva do Pastoreio de Dom José Maria Pires (2007), no Centro Cultural de São Francisco;
- Painel “Campanha da Fraternidade em Memória” – Na abertura da Campanha da Fraternidade realizada na Praça D. Adauto, no centro de João Pessoa - PB, no dia 16 de fevereiro de 2008.
- Folder - Distribuição do folder e a apresentação em banner do Histórico do Arquivo Eclesiástico da Paraíba e suas atividades durante o I Congresso de Gestão Eclesial no Centro Cultural do UNIPÊ, em João Pessoa - PB, de 27 a 30 de janeiro de 2009.
- Painel “Campanha da Fraternidade em Memória” – Durante o II Congresso de Gestão Eclesial no Espaço Cultural José Lins do Rego, de 11 a 17 de janeiro de 2010, em João Pessoa - PB.
- Evento do Aniversário da Diocese da Paraíba – 118 Anos – Comissão Organizadora: Geralda do Amaral (Chanceler), José Augusto de Moraes (PRAC/COEX/UFPB); Marília Figueiredo de Paiva (SIUSP/UFPB), Ricardo Grisi Velôso (AEPB), Eisenhower Almeida (PASCUM), com palestras da Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB) e o Especialista Edivaldo Cardoso de Paiva – (2010).
- Exposição: História do Centenário da Elevação da Diocese da Paraíba a Arquidiocese e Sede Metropolitana (1914-2014) – Abertura em 01 de agosto de 2012. Continuou em exposição no Centro Cultural de São Francisco.
- Exposição em homenagem ao Centenário de Nascimento de Dom Manuel Pereira da Costa (1915-2015), realizada pela Arquidiocese da Paraíba e o Centro Cultural de São Francisco, com a curadoria e montagem de José Augusto de Moraes (PRAC/COEX/UFPB), com o apoio do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, abertura em 14 de agosto de 2015 e encerramento em 7 de outubro de 2015.

5.3 LEVANTAMENTOS DOS PESQUISADORES

O quadro abaixo descreve o levantamento por ano e números de atendimentos: In loco, por telefone, por correspondências, pelos setores da arquidiocese, pelo público, pelas visitas guiadas, desde a abertura em 27 de abril de 1992.

De início, utilizamos a ficha do pesquisador, que contém o nome, endereço, instituição, pesquisa, período, objetivo, observação e data. Foi utilizado esse tipo de modelo até o início de janeiro de 1997.

Com o passar dos anos, decidimos modificar a forma de registrar os pesquisadores e decidimos utilizar o livro de frequência.

O referido livro contém o nome, endereço, instituição, título da pesquisa, período e objetivo, que nos oferece acompanhamentos diários, mensais e anuais.

A seguir, as respectivas tabelas divididas por ano a ficha do pesquisador:

Quadro 2: Ficha de Atendimento por Pesquisador

Ano	Ficha do Pesquisador
1992	28
1993	15
1994	37
1995	76
1996	37
1997	05
TOTAL	198

Fonte: AEPB

Obs. Alguns pesquisadores passavam semanas e meses na consulta aos documentos.

O quadro 3, dividido por ano e atendimentos diários:

Quadro 3: Estatística de atendimento por ano

Ano	Atendimentos
1997	325
1998	282
1999	477
2000	486
2001	296
2002	333
2003	540
2004	768
2005	343

2006	369
2007	269
2008	341
2009	399
2010	560
2011	370
2012	333
2013	372
2014	389
TOTAL	7.252

Fonte: AEPB

5.4 MUDANÇAS DO ARQUIVO

Durante todos esses anos o arquivo foi transferido três vezes, gerando a aplicação de técnicas arquivísticas para o acondicionamento da documentação de forma a garantir a conservação preventiva dos documentos.

A primeira mudança foi realizada na própria sede da Arquidiocese da Paraíba, onde, em 5 de janeiro de 2006, recebi o comunicado do Ecônomo Mons. Nereudo Freire Henrique, que iríamos ocupar uma parte da antiga sala do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, no pavimento inferior do prédio, onde foram executados trabalhos no piso (colocação de cerâmica), colocação do ar condicionado, revisão das instalações elétricas, pintura, colocação de internet.

Efetuamos o layout da sala (segue em anexo o croqui da área espacial do arquivo), onde tive o apoio de José Augusto de Moraes. Iniciamos a mudança em 4 de abril daquele ano, cumprida por etapas e concluída em 10 de abril, seguidamente foi reaberta aos usuários.



Foto 9: Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba em 2.6.2006

Autor: José Augusto de Moraes

Fonte: AEPB



Foto 10: Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba em 2.6.2006

Autor: José Augusto de Moraes

Fonte: AEPB

A segunda mudança foi autorizada pelo Exmo. e Revmo. Sr. Dom Aldo Di Cillo Pagotto, SSS, Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, através do decreto de nº 5/10, de 18 de dezembro de 2010, que autorizou a transferência do Arquivo Eclesiástico da Paraíba para o Centro Cultural de São Francisco.

A transferência iniciou-se em 02 de fevereiro de 2011, depois que a documentação estava acondicionada nas referidas caixas.

De início foi utilizado o carro da Arquidiocese da Paraíba, tendo como motorista o funcionário Severino Quirino Rodrigues, sendo que posteriormente foi contratada uma transportadora para efetuar o trabalho.

A equipe era composta de 6 (seis) funcionários, sob a minha orientação, que executou o trabalho da melhor forma possível, apesar de o local ser de difícil acesso, por conter diversas escadas, prejudicando o transporte das caixas e de todo o mobiliário do arquivo.

Anteriormente, visitei com José Augusto de Moraes a sala do Centro Cultural de São Francisco, onde ficaria o arquivo, medimos a sala e executamos o layout (segue em anexo o croqui da área espacial do arquivo), para facilitar o trabalho. Durante a visita pedi para vedar as janelas e trocar a iluminação da sala.

A documentação textual e a biblioteca de apoio foi acondicionada em 116 caixas de papelão de tamanhos diversos para a transferência, sendo identificadas cada uma com o número da estante. Para facilitar na arrumação, executei toda a tarefa de organizar o arquivo, desde a limpeza das estantes às caixas arquivos. O arquivo voltou às suas atividades normais no dia 04 de março de 2011.

1 – Foto da transferência do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Sala da Arquidiocese da Paraíba



Foto 11: Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba, o notário Ricardo Grisi Veloso acondicionando a documentação

Autor: José Augusto de Moraes

Fonte: AEPB



Foto 12: Interior do AEPB no pavimento inferior da Arquidiocese da Paraíba e a documentação acondicionada em caixas de papelão para transferência para o CCSF
Autor: José Augusto de Moraes
Fonte: AEPB

2 – Fotos da chegada da documentação ao Centro Cultural de São Francisco



Foto 13 A documentação acondicionada em caixas de papelão chegando ao CCSF
Autor: José Augusto de Moraes
Fonte: AEPB



Foto 14 A documentação acondicionada em caixas de papelão chegando ao CCSF
Autor: José Augusto de Moraes
Fonte: AEPB

3 – Fotos da arrumação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba



Foto 15 Disposição do arquivo no CCSF
Autor: José Augusto de Moraes
Fonte: AEPB

A terceira mudança foi realizada no Centro Cultural de São Francisco, por determinação do Mons. Ednaldo Araújo dos Santos, diretor do Centro Cultural de São Francisco, que autorizou a transferência do Arquivo Eclesiástico da Paraíba para uma sala do

pavimento inferior, antiga sala de mantimentos do Convento de Santo Antonio, próximo à sacristia. Produzi o layout da sala (segue em anexo o croqui da área espacial do arquivo).

A nova sala foi restaurada, colocaram forros de madeira na 2ª sala, foi feita revisão da parte elétrica, isolamento das janelas e porta, colocação do ar condicionado e pinturas das paredes com a tinta da marca Coral (antimofo).

A transferência iniciou-se em 07 de abril de 2014, com a equipe do Centro Cultural de São Francisco: Luiz Barbosa de Pontes, Jorge Soares da Silva, Arnaldo Félix de Lima, Adriano Barbosa de Pontes, Antônio Félix da Silva, responsáveis pelo transporte das mobílias, equipamentos e caixas de madeira do arquivo.

Coordenei toda a transferência e colocação da documentação, em companhia do estagiário da Universidade Estadual da Paraíba, aluno do curso de Arquivologia, Felipe Artur Cordeiro Alves, seguindo as respectivas etapas:

Quadro 4: Relatório das Atividades

DATA	ATIVIDADES
7 de abril	Fechamento do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, retirada do ar condicionado por técnicos especializados e embalagem dos objetos das estantes de madeira nas caixas.
8 de abril	Continuação do acondicionamento dos objetos das estantes de madeira nas caixas.
11 de abril	Transferência das estantes de madeira (cinco) e início da arrumação.
14 de abril	Descida dos arquivos de aço com suas bases de madeira, a mesa de madeira antiga e os equipamentos da estação digital da Family Search, o escaninho de madeira antigo e as cadeiras.
15 de abril	Descida da mapoteca de aço, os dois armários de aço, o gelógua da marca Esmaltec e as cadeiras.
16 de abril	Descida e instalação do computador, continuação dos arquivos de aço e arrumação dos documentos dos armários e arquivos de aço.
17 de abril	Elaboração do layout das 26(vinte e seis) estantes de aço.
22 de abril	Arrumação, profilaxia e transferência das estantes de aço de nº13 e 14 do Jornal “A Imprensa”, e acondicionamento dos documentos das estantes 25 e 26.

23 de abril	Transferência das estantes de nº 20, 21, 22, 25, 26, profilaxia e arrumação das caixas arquivos.
24 de abril	Profilaxia e arrumação das estantes de aço de nº 20, 21 e 23.
25 de abril	Transferência das caixas das estantes de aço de nº 19, 21 e 24 e profilaxia e arrumação
28 de abril	Acondicionamento em caixas de papelão dos livros manuscritos de batismos, casamentos, crismas e óbitos e caixas arquivos.
29 de abril	Profilaxia e arrumação das estantes de aço de nº 9 a 18.
30 de abril	Transferência das estantes de aço de nº 1 a 8 e profilaxia e arrumação dos documentos (livros manuscritos) das prateleiras das estantes de aço de nº 1 a 4.
1 de maio	Acondicionamento dos livros manuscritos e caixas arquivos em caixa de papelão para transferência. Conclusão da transferência dos livros manuscritos e caixas arquivos e entrega da chave ao funcionário João Paulo.
5 de maio	Profilaxia e arrumação das estantes de aço de nº 4, 5, 6, 7 e 8.
6 de maio	Colocação dos quadros.
7 de maio	Organização dos livros manuscritos nas estantes de aço.
8 de maio	Organização dos livros manuscritos nas estantes de aço de nº 4 e 5.
9 de maio	Revisão dos livros manuscritos das estantes de aço de nº 4 e 5.
12 de maio	REABERTURA DO ARQUIVO

Fonte: AEPB



Foto 16 Acondicionamento da documentação pelo notário Ricardo Grisi Veloso, para transferência para a sala do pavimento inferior do CCSF

Autor: Felipe Arthur Cordeiro Alves

Fonte: AEPB



Foto 17 Acondicionamento da documentação pelo estagiário do curso de graduação em arquivologia Felipe Arthur Cordeiro Alves da UEPB, para a transferência para a sala do pavimento inferior do CCSF
Autor: Felipe Arthur Cordeiro Alves
Fonte: AEPB

O arquivo foi reaberto com suas atividades normais. Registro que durante a mudança o projeto de digitalização com a Family Search continuou sendo executado normalmente.



Foto 18 Equipamento de Digitalização do Projeto da Family Search (2013-2014), o Especialista de Imagens Jorge Feliciano da Silva
Autor: Felipe Arthur Cordeiro Alves
Fonte: AEPB

Após sucessivas mudanças, o arquivo resiste ao tempo e às administrações e continua, pois, a exercer seu papel de lugar de memória que se revela nos movimentos de sua produção e de seu fazer. Nesse sentido, Nora (1993, p. 120) nos esclarece:

[...] de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória do tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro.

5.5 CENTRO CULTURAL DE SÃO FRANCISCO: e o arquivo enfim, repousa à espera de pesquisadores

O arquivo continua desenvolvendo as suas atividades diárias normalmente de acordo com as etapas na coordenação do recolhimento da guarda e da preservação dos documentos; na higienização dos documentos; na classificação e ordenação dos documentos nos Fundos Arquivísticos; no acondicionamento da documentação e aos atendimentos aos usuários internos e externos; nas visitas guiadas e na divulgação do acervo documental, na conservação preventiva do acervo, na labuta diária de cumprir com determinação a sua missão de contribuir na preservação do seu acervo e na memória documental.

Este ano o arquivo mudou de nome de acordo com o decreto Prot. Nº 376, de 10 de agosto de 2015: “[...] o Arcebispo Metropolitano da Paraíba, S. Exa. Revma, Dom Aldo Di Cillo Pagotto, SSS, no pleno exercício de seu ministério evangelizador, pastoral e administrativo, retifica o nome do “Arquivo Eclesiástico da Paraíba”, fundado por ocasião da Celebração do Centenário da Diocese da Paraíba, aos 27 de Abril de 1992, por S. Exa. Revma, Dom José Maria Pires, então preposto ao governo da Arquidiocese. Doravante o importante arquivo passa a denominar-se **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba** [...]” (grifo do autor).

6 NÃO ENCERRO, (RE)COMEÇO...

[...] ter sido a proposta de atenção ao tempo longo, o tempo da memória. Com efeito, para o autor, o lugar da reconstrução da lembrança não é o acontecimento único, isolado, mas o tempo de um determinado grupo. É o grupo e não o indivíduo que garante a permanência do passado no presente, configurando o tempo longo (D'ALÉSSIO, 1993, p. 100).

Ter que concluir um texto nem sempre é possível, considerando tratar-se de um registro de memórias, apesar de a narrativa construída nesse texto levar ao registro de uma prática, contínua viva no cotidiano, como é o fazer arquivístico, na lida diária de um arquivo, que representa a memória documental de uma instituição religiosa tão presente na nossa sociedade e na história da Paraíba e do Brasil.

Nesse movimento, onde a memória é um processo de lembrar e esquecer. O que eu lembrei? O que eu esqueci? O que eu não quis lembrar! Qual foi a lógica do meu pensamento em desenvolver este trabalho, a partir dos conceitos de memória e a sua importância científica no decorrer do desenvolvimento humano. Para Nora (1993, p. 9):

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Perpassado pela concepção conceitual de arquivo como um lugar de memória, faz-se necessário relevar os aspectos históricos da criação da Diocese da Paraíba, os fragmentos históricos da criação do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, suas lutas e resistências e a recordação de uma prática arquivística.

É preciso contextualizar para registrar através da escrita as nossas lembranças, recordações e fragmentos numa memória tão seletiva e dialética. O tempo longo, o tempo da memória não é apenas de um indivíduo, mas de um grupo (D'aléssio, 1993), garantindo a permanência do passado no presente, de acordo com Nora (1993, p. 9): “[...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...]”.

De acordo com Halbwachs (1990, p. 16)

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...].

Lembrar tanto quanto difícil esquecer, segundo Bloch (1965), “[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele.”

Por isso, não concluo, apenas recomeço...

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre *et al.* A Imagem, uma Arte de Memória? In: _____ **Papel da Memória**. 2. ed., Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 23-37.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poemas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.
- ANUÁRIO CATÓLICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigações, 2015.
- ANUÁRIO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. João Pessoa: Arquidiocese da Paraíba, 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1965.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CHAUI, Marilena. A memória. In: **Convite À Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática S.A. 1996. cap. 3, p. 125-130.
- CÓDIGO DE DIREITO Canônico. São Paulo: Loyola, 2001.
- COMBLIN, Joseph. **A Igreja e sua Função Histórica na América Latina**. UFPB, 1989. Conferência proferida na UFPB.
- CORALINA, Cora. **O Passado ...** Disponível em: <http://www.casadobruzo.com.br/poesia/c/cora06.htm> >. Acesso em: 5. nov. 2015.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. "Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora", In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 13, n. 25/26, pp. 97-103, set. 1992/ago. 1993.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação, 25 a 28 de outubro de 2010, Rio de Janeiro. **Comunicação**. GT10: Informação e Memória.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização**: a implantação da Diocese da Paraíba (1894/1910). 385f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- GONÇALVES, Janice. **Como Classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, AAB-SP, 1998 (Como fazer, 2).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JARDIM, J. M. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Revista de Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, 1995. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewarticle/439> >. Acesso em: 16. dez. 2012.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 423-483.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977, vol. I.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1988.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**: carta circular, de 2 de fevereiro de 1997. Cidade do Vaticano: IGER, 1997. 45 p.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Projeto: Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba. Abril/dezembro, 1989.

RELATÓRIO SEMESTRAL. Projeto: Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba. UFPB/NDHIR. Março/abril, 1990.

SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos. VELÔSO, Ricardo Grisi. **O Ano Sacerdotal e o Clero da Arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SEVERIANO, F. **A Diocese da Parahyba**. Parahyba do Norte: TYP. Da “Imprensa”, 1906.

SEVERIANO, Cônego Francisco. **Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Parahyba do Norte: Torre Eifel, 1919, VOL. I.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da; CRUZ, Adêmia Silva da; CAMPOS, Fabíola Mota; DIAS, Guilherme Ataíde. A importância dos arquivos públicos na construção da memória da sociedade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: < http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php >. Acesso em: 16. fev. 2013.

RICOEUR, Paul. Fase documental: a memória arquivada. In: _____ **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. cap. 1, p. 155-192.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VELÔSO, Ricardo Grisi. **As Cartas Pastorais de Dom José Maria Pires Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)**. 1999, 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

ANEXOS

DIOCESE DA PARAÍBA 1894

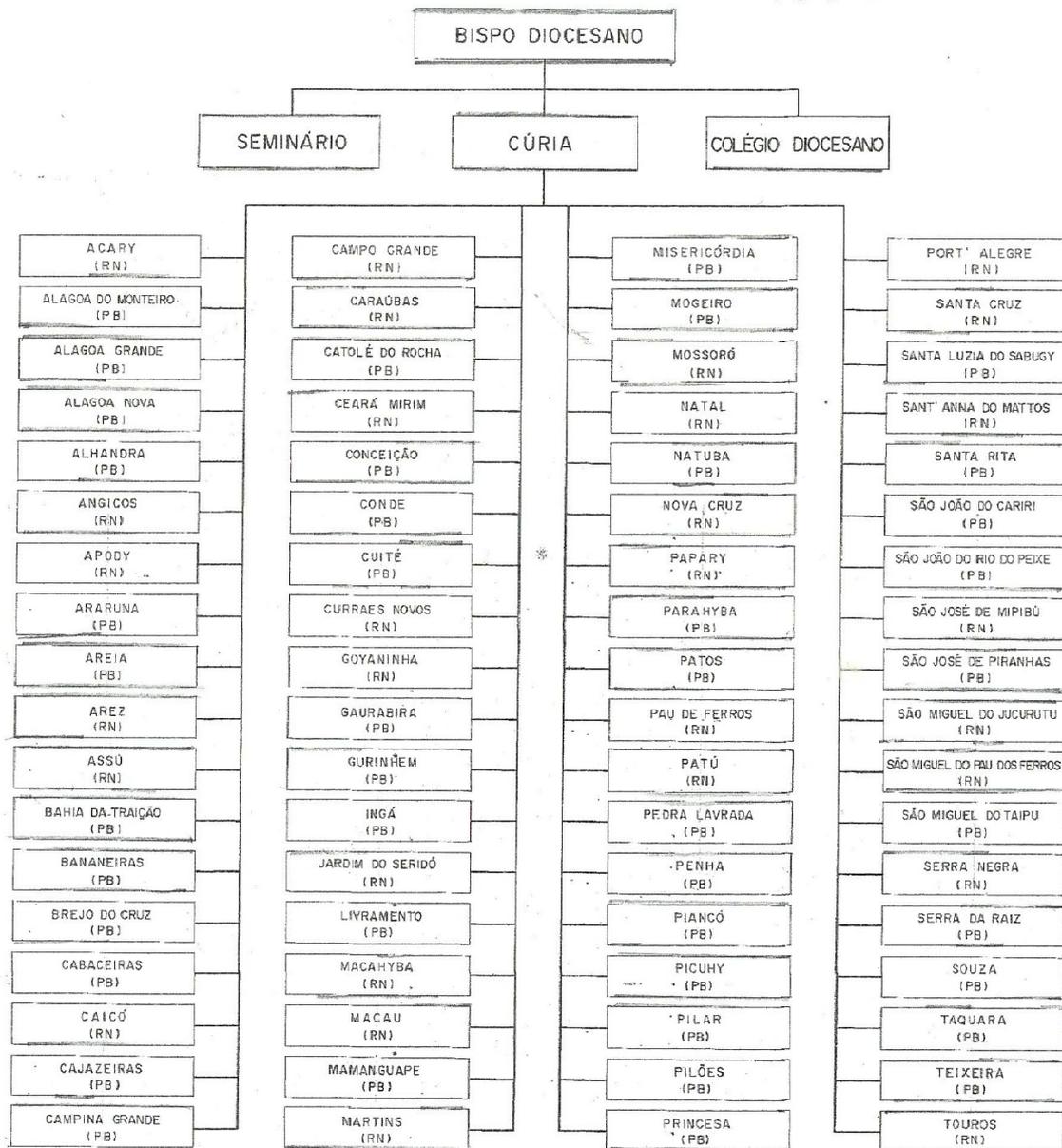


Figura 15: Organograma da Diocese da Paraíba - 1894
Fonte: AEPB

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA 1990

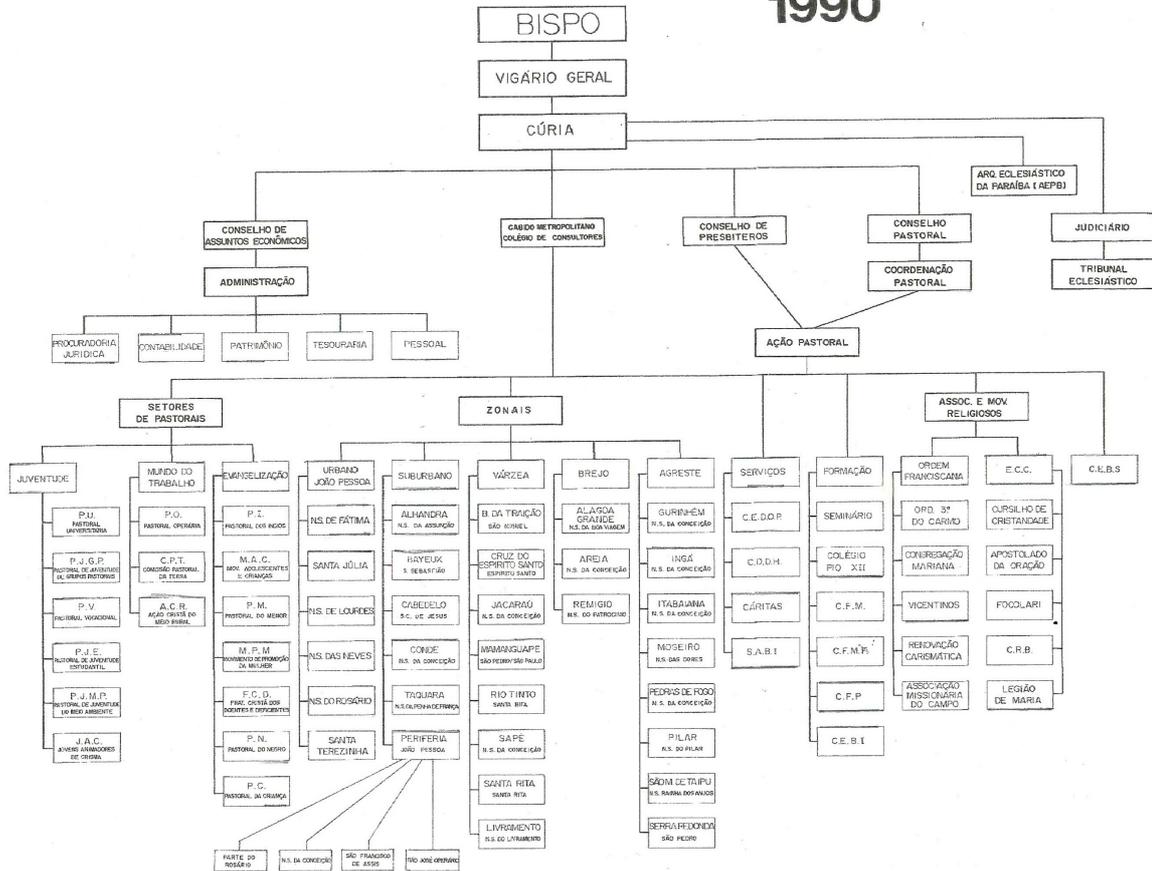


Figura 16: Organograma da Arquidiocese da Paraíba - 1990
Fonte: AEPB

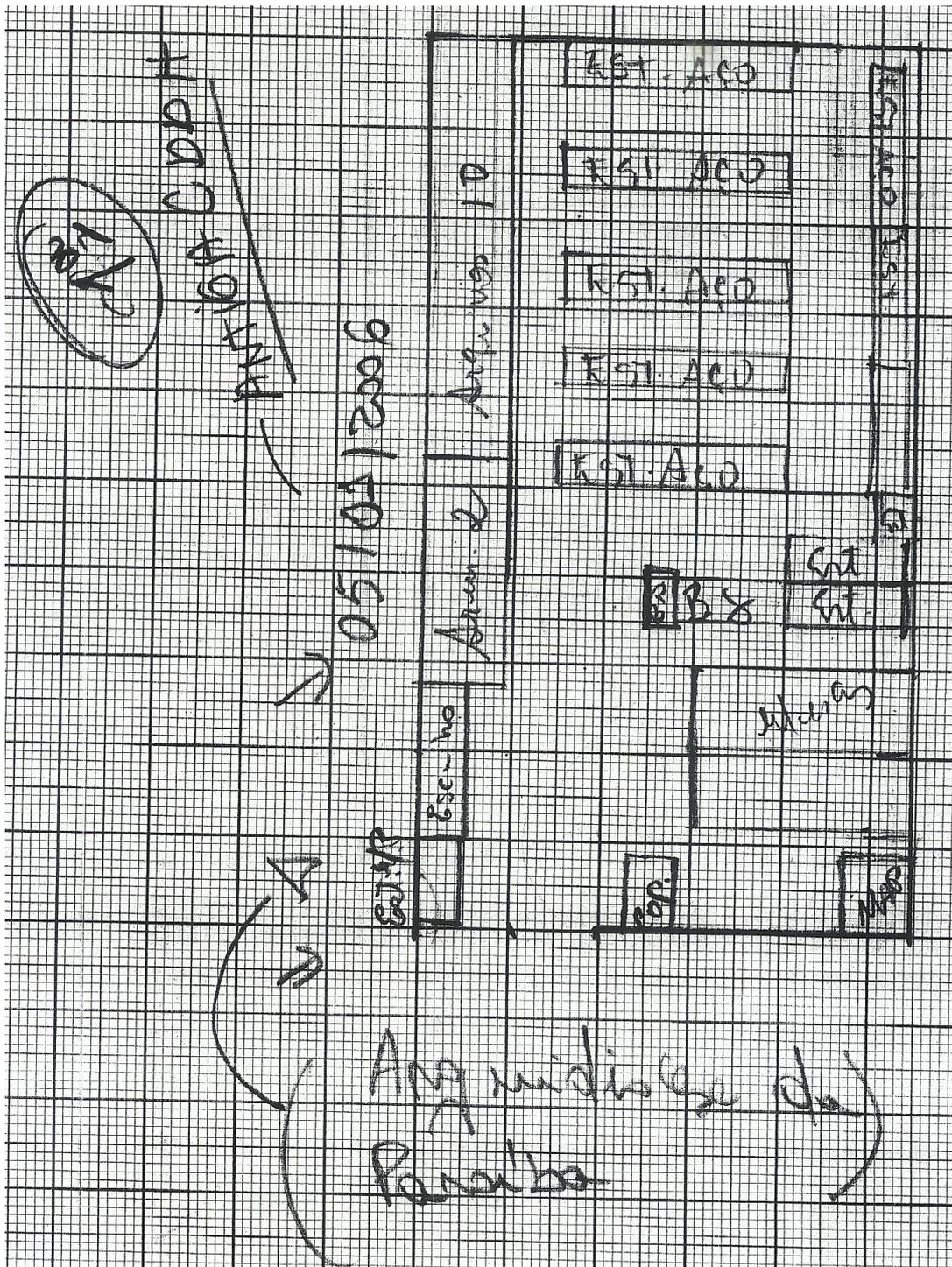


Figura 17: Croqui da primeira mudança do AEPB na sede da Arquidiocese da Paraíba - 2006
Fonte: AEPB

